

Itamar manda PF a São João del Rey para impedir obra

BELO HORIZONTE — O presidente Itamar Franco decidiu enviar policiais federais a São João del Rey para garantir a preservação do patrimônio histórico da cidade. A decisão foi comunicada no final da tarde de ontem ao governador Hélio Garcia, que a apoiou. Itamar quer impedir asfaltamento da rua Santo Antônio, que estaria descharacterizando a terra natal do presidente Tancredo Neves.

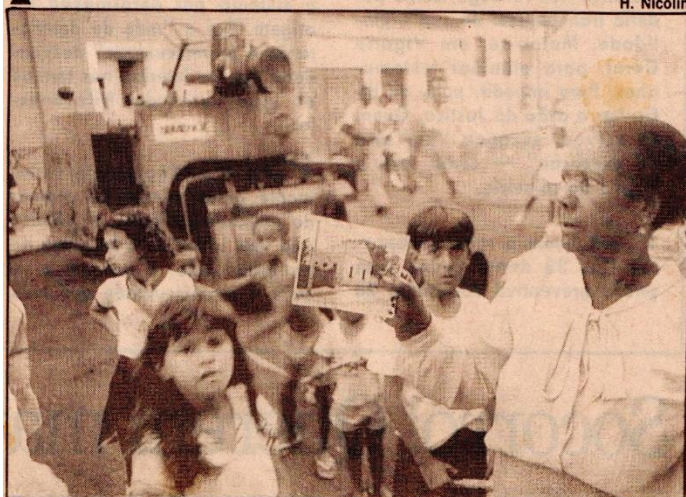
O asfaltamento começou na última segunda-feira. Até ontem, já tinham sido cobertos pelo asfalto cerca de 600 metros de pedras poliédricas da década de 40. A obra foi iniciada pela Prefeitura mesmo depois de ter sido embargada pelo Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC). Nem as presenças na cidade — a pedido de Itamar Franco — do procurador-geral da República, Aristides Junqueira, e do ministro da Cultura, Jerônimo Moscardo, foi capaz de fazer com que a Prefeitura interrompesse o asfaltamento. O prefeito Nivaldo José de Andrade (PPR) diz que o asfalto cobrirá apenas a parte da rua que não é tombada.

Piche na História

UM prefeito insensato, em São João del Rey, sai cobrindo de asfalto o calçamento histórico das ruas. O mínimo que conseguiu foi que o procurador-geral da República e o ministro da Cultura se desabalassem em direção à cidade.

QUE um prefeito mineiro se mostre tão ignorante de tudo o que tem a ver com uma tradição preciosa não deixa de ser um libelo contra o nível em que se anda praticando a política no Brasil.

SE isso acontece em São João del Rey, o que não andarão se passando por municípios mais obscuros? É a demonstração cabal da necessidade de um Patrimônio Histórico vigilante e ativo.



Moradora mostra uma foto da rua Santo Antônio antes do asfaltamento

1993

Prefeito desafia a Justiça

MARCELO MOREIRA

SÃO JOÃO DEL REY — O prefeito de São João Del Rey, Nivaldo José de Andrade, afirmou ontem que não vai cumprir a decisão judicial que o obriga a desfazer as obras de asfaltamento da rua Santo Antônio, tombada pelo Patrimônio Histórico Nacional. Até ontem à tarde, Nivaldo ainda não havia sido oficialmente notificado da decisão tomada na noite de sexta-feira pelo juiz Antônio Francisco, da 8ª Vara federal de Belo Horizonte, que concedeu liminar impetrada pela procuradoria geral da República. “Quero ver se a população vai deixar a Justiça tirar o asfalto da rua Santo Antônio”, desafiou o prefeito.

A ordem judicial obriga Nivaldo a desfazer o asfalto de 15 metros da rua Santo Antônio, restaurar a pintura original da prefeitura — que era branca e ele pintou de azul — e refazer a escadaria do Teatro Municipal, que era de de cimento e ele está colocando mármore. Nivaldo terá que indenizar do próprio bolso a prefeitura tanto pelas obras que fez quanto pelo que gastará para desfazê-las.

JB - 26.09.93

Jornal do Brasil – 26 de setembro de 1993



□ *As obras polêmicas do prefeito de São João del-Rei, vão ser desfeitas por ordem judicial, mas ele promete reagir e ir até o Supremo Tribunal Federal para não ter de voltar atrás. (Página 22)*

Hoje em dia - 27 set 93

MARCELO PRATES

Jornal *Hoje em Dia* – 27 de setembro de 1993

HOJE EM DIA □ BELO HORIZONTE, SEGUNDA-FEIRA, 27/9/1993

Ainda bem

Para felicidade dos italianos, o prefeito de São João del-Rei, Nivaldo José de Andrade, não é prefeito de Roma.

Se fosse, asfaltava a Via Apia.

E ainda mandava reformar e concluir o Coliseu.

Jornal *Hoje em Dia* – 27 de setembro de 1993

ESTADO DE MINAS

FUNDADOR DOS "DIÁRIOS ASSOCIADOS": ASSIS CHATEAUBRIAND

Diretor Presidente: **Paulo Cabral de Araújo**

Diretor-Geral: **Camilo Teixeira da Costa**

Diretor de Redação
Roberto Elísio de Castro Silva

Diretor de Publicidade
Édison Zenóbio

Diretor Industrial
Álvaro Teixeira da Costa

Diretor de Administração
José Tarciso Fialho de Oliveira

Diretor de Finanças
Hélio Amoni

Diretor Jurídico
Britaldo Silveira Soares

Diretor Secretário
Theódulo Pereira

Diretor-Adjunto
Cyro Siqueira

Editor-Geral
João Bosco Martins Salles

Respeito ao passado

Os sucessivos crimes contra o patrimônio histórico e artístico de São João del-Rei, praticados pelo prefeito, que já se destaca na região por uma carreira de extremado populismo político, incompatível com as tradições tricentenárias desta cidade, são um vivo exemplo da necessidade de uma maior consciência da preservação e da presença de órgãos que cuidem do patrimônio edificado e que deve ser protegido. O caso de São João del-Rei é o mais agudo, tamanha a intervenção desfiguradora patrocinada pela Prefeitura, desrespeitadora de sucessivos embargos administrativos. Mas os exemplos e as destruições são inúmeras, ao longo de toda Minas – setecentista, com perda incalculável de obras que pertencem ao patrimônio público, no melhor espírito da legislação de tombamento, que visa proteger a arte e a cultura histórica do povo brasileiro.

A intervenção que o presidente da República determinou em São João del-Rei, que o ministro da Cultura e o presidente do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, junto com o procurador da República vão executar, com apoio expresso do governador Hélio Garcia, deve ficar como exemplo. O prefeito precisa sofrer os rigores da lei e sua ação desfiguradora deve ser reparada, voltando São João del-Rei a ter as ruas com o calçamento de 200 anos, tampado pelo asfalto, assim como restaurada a configuração original do calçamento não só da rua Santo Antônio, no Centro Histórico mas em outros locais submetidos à legislação federal de tombamento.

Em Ouro Preto, assim como nas outras onze cidades históricas mineiras, os mais antigos ainda se lembram dos primeiros tempos da proteção patrimonial dos bens tombados, que começa em 1937, com a criação do

IPHAN, por Getúlio Vargas. Dirigiu-o, por quase 50 anos, o mineiro Rodrigo Melo Franco de Andrade, que cuidava pessoalmente, de casa em casa, da proteção, das intervenções necessárias quando o imóvel exigia reparos, até para se conservar. As cidades cresceram, o desenvolvimento demanda novos serviços e equipamentos públicos, mas até hoje não são indispensavelmente incompatíveis com a preservação. Ao contrário, e é isto o que não compreendem os destruidores, o antigo, de valor histórico, é justamente o que distingue, enobrece, valoriza a cidade, o conjunto urbano, a própria vida comunitária. O bem tombado está coletivizado pela lei, pertence à sociedade, é sua riqueza, é sua história e sua identidade.

São João del-Rei onde floresceu civilização que produziu obras de arte de valor universal, que é berço de tantos ilustres brasileiros, na Colônia, no Império e na República, de onde partiram tantos movimentos e idéias que ajudaram na formação da nacionalidade brasileira, onde por tanto tempo se cultivou academia literária da melhor ordem internacional e da melhor formação intelectual, merece uma melhor administração. A atenção das autoridades para com as ações do prefeito insensível ao passado não pode acabar nesta visita. Devem ser tomadas, com urgência, as providências restauradoras. Esse populismo do asfalto, e outros que o mesmo prefeito já praticou em Tiradentes, onde a população reagiu, não é compatível com a São João del-Rei culta e nobre, que tem na sua história sua própria alma. Desenvolvimento, melhoria de qualidade de vida do povo, não têm que ser feitos com destruição do patrimônio histórico e artístico.



Asfalto Selvagem

A ordem dada pelo presidente Itamar Franco para o envio de agentes da Polícia Federal a São João Del Rey — para impedir o asfaltamento da Rua Santo Antônio e outros trechos históricos da cidade mineira calçados com pedras coloniais — foi uma reação à altura do escandaloso desafio à lei perpetrado pelo prefeito Nivaldo José de Andrade (PPR). Não era mesmo possível tolerar tamanho descaramento.

Desrespeitou o prefeito o patrimônio cultural brasileiro ao incluir, em seu delírio populista por reformas urbanas, trechos centenários da cidade, devidamente protegidos pelo tombamento, que serviram de cenário a acontecimentos históricos do ciclo do ouro em Minas Gerais. Não contente com o descumprimento da lei, ainda ousou, em entrevista à rádio local, insultar com palavras de baixo calão o presidente do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, Francisco de Melo Franco, acrescentando que transformaria em papel higiênico o documento que embargou legalmente a obra.

A cópia da entrevista ofensiva caiu nas mãos do procurador-geral da República, Aristides Jun-

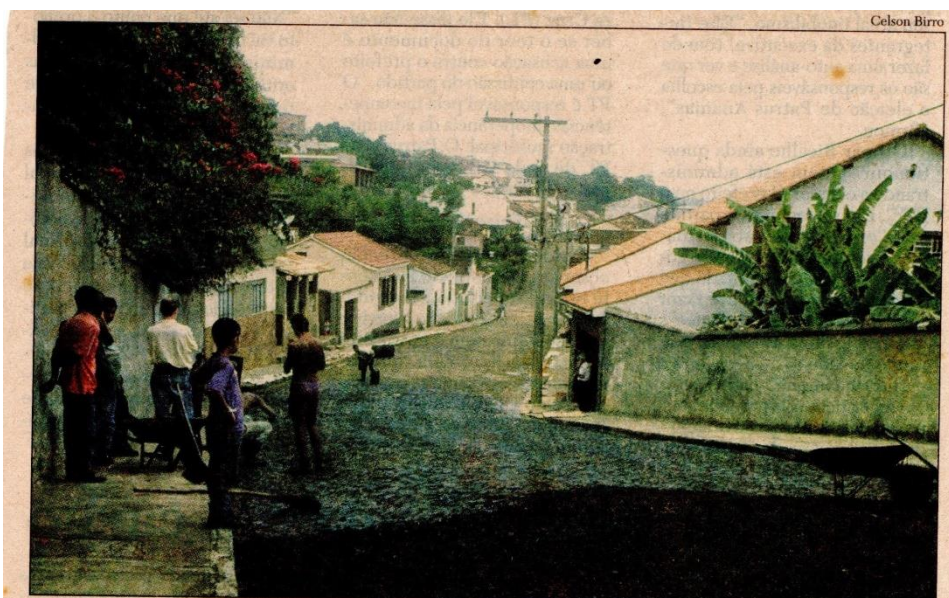
queira, e do ministro da Cultura, José Jerônimo Moscardo. Ambos visitavam São João Del Rey, na tentativa de trazer Nivaldo de Andrade à luz da razão. Foram recebidos com tamanho delírio, seguido de afrontas em cadeia nacional, que não restou alternativa a Junqueira senão o preparo de uma ação civil pública, a ser iniciada em breve, para sustar os desmandos do tiranete local.

Em todo este episódio, ficam algumas perguntas no ar: Por que se sente tão seguro o prefeito para afrontar três autoridades públicas? Terá por trás de si interesses escusos de empreiteiras locais ou será sua atitude pura cretinice? Em qualquer uma das hipóteses, não pode o poder público assistir de mãos cruzadas a este atentado selvagem contra a memória nacional.

Mereceria o prefeito de São João Del Rey — como sugeriu um deputado mineiro — ser preso e ficar encarcerado na cadeia de Ouro Preto, uma das mais antigas do Brasil, por tempo suficiente para descobrir a função das leis e aprender a apreciar a beleza e o esplendor da arquitetura barroca mineira.

JB. 26.09.93.

Jornal do Brasil – 26 de setembro de 1993



PF embarga obra em São João del Rei

A Polícia Federal embarga hoje as obras de asfaltamento da rua Santo Antônio, no centro histórico de São João del Rei, cumprindo decisão tomada pelo presidente Itamar Franco. Ontem, as obras continuavam em ritmo nor-

mal. O prefeito Nivaldo Andrade (PPR) afirmou que só vai interromper os trabalhos se “o presidente da República comprovar, através de documentos, o registro de tombamento da rua Santo Antônio”. (Página 17)

1993



□ Imitando Nero

“Deixo aqui registrado o meu protesto quanto às atitudes do alcaide desta cidade de São João del Rey, a qual sempre sobressaiu-se pelos grandes homens nela gerados e pela sua beleza barroca.

Agora vejo o nome da cidade presente na mídia de uma maneira indigna de seu nome: ela é notícia porque o seu mandatário, que devia zelar pelo seu acervo, ao contrário, desprezita o patrimônio e enxovalha o seu nome desrespeitando a lei.

Há maneiras de ser notícia: fazendo grandes obras, perpetuando o nome ou desafiando a História, sendo manchete pelo lado negativo. Aparecer a um custo alto, destruindo a História parece-me coisa de dublê de Nero, aquele imperador que ateou fogo em Roma, destruindo suas relíquias.

Que fiquemos bem vigilantes, pois ainda há muita história aqui, mas, em uma noite destas, para satisfazer instintos vandálicos, o nosso acervo poderá ir abaixo de forma irreversível”.

José Antônio de Ávila - São João del Rey - MG

TIROTEIO VERBAL

A convivência da Prefeitura e população com o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural nunca foi tão ruim em São João del-Rei quanto agora. O vice-prefeito, Carlos Braga, questionou a atuação do IBPC. "Tinha que haver a conservação do Patrimônio, mas ele nem se move. A cidade sempre esteve atrasada porque eles não deixavam", denunciou. "Nós queremos trazer qualquer benefício e o IBPC impede", completou.

O representante do IBPC na cidade, Sérgio Fagundes de Souza, rebateu. "Estamos dentro da lei e vemos o que cabe em cada situação", disse. "Ele não ajuda nada, apenas trava. Se você olhar direito, apenas as

frentes das casas são preservadas", criticou o membro da Academia Municipal de Letras, Osvaldo Santiago de Lobosque.

Segundo ele, muitas das residências de São João del-Rei apresentam os aposentos e fundos em estilo mais moderno e somente as fachadas coloniais, devido à falta de apoio do órgão e das exigências para manter as características antigas. "Antes, eles ajudavam pelo menos com a mão de obra. Hoje, nem isso dão mais", afirmou. A resposta de Souza é que a responsabilidade é do morador. "Só quando ele não tem condições de cuidar é que nós interviríamos", explicou.

O radialista e vereador da oposição Geraldo José dos San-

tos se alinha às críticas ao Patrimônio. "Existia uma casa na Rua Santo Antônio que foi caindo gradativamente, às vistas do IBPC, e nada foi feito", lembrou. "Ela ruíu e nada aconteceu", afirmou. Vários moradores afirmaram que a descaracterização da cidade começou antes das obras do atual prefeito.

"Você quer atentado maior ao patrimônio do que aquele edifício de 12 andares no centro da cidade?", disse Tomé Albergaria, que há 50 anos vive em São João del-Rei, exagerando a altura da agência do Banco do Brasil. Outro ponto criticado pelos moradores é o passeio em frente à estação da Rede Ferroviária Federal, que está com vá-

rios buracos e nenhum cuidado de preservação.

Mesmo a rua Santo Antônio apresentava sinais de descaracterização. Do número 502, local conhecido como "Buraquinho", para cima, foram instalados postes de concreto e muitas casas não têm estilo definido, sendo bastante recentes. "Aqui não é histórico. Daqui para lá puseram lampião (apontou para o centro histórico). Para o outro lado vai, ver o que colocaram", denunciou Celina Resende Pereira, moradora da cidade há 44 anos.

O representante do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural em São João del-Rei é o único funcionário do órgão na cidade e tem poucos recursos para

agir. Nem a sede é própria, ela funciona no Museu Histórico. "O órgão passou por um período muito ruim entre 1940 e 1970 com falta de fiscalização", explicou Souza.

Durante esse período várias casas foram incluídas nas regiões tombadas em 1938, descaracterizando as ruas. Durante a gestão de Tancredo Neves no governo de Minas Gerais, foram instalados lampiões na Rua Santo Antônio, que não existiam no projeto original. Uma das principais polêmicas, as escadarias do Teatro Municipal, também haviam sido alteradas antes das obras. "Era de cimento e estava todo quebrado", garantiu o vereador Geraldo Santos.

Jornal HOJE EM DIA

Belo Horizonte-MG, edição de 27 de setembro de 1993, página 22

IBPC acusa falta de critérios

Antes de pintar o prédio da Prefeitura de azul e derrubar as escadas do Teatro Municipal, Andrade construiu quatro quilômetros de passeio nas margens do canal que cruza o centro da cidade. "É tombado, mas, como é de pedra, eles (o IBPC) não falaram muito não", disse. O representante do Patrimônio em São João del-Rei, Sérgio Fagundes de Souza, explicou a posição do órgão.

"Não é um piso original, mas é muito mais compatível fazer de pedra do que de asfalto". O representante do IBPC ainda criticou os critérios da Prefeitura para fazer a obra na Rua Santo Antônio. "Houve a introdução, sim, de casas sem valor histórico. O que não justifica a perda de todas", afirmou.

Nivaldo Andrade justificou suas obras com um documento do cartório de São João del-Rei que desconhece o tombamento das casas no trecho asfaltado da Rua Santo Antônio. O IBPC tem um documento que prova o contrário. A cor da Prefeitura, segundo Osvaldo Santiago de Lobosque, membro da Academia Municipal de Letras, é a original: "A esposa do José do Padre, uma senhora de 95 anos, disse que já foi azul".

Jornal HOJE EM DIA

Belo Horizonte-MG, edição de 27 de setembro de 1993, página 22

Mudanças no projeto original

O asfalto da Rua Santo Antônio foi aplicado sobre uma das mais antigas vias de São João del-Rei. Ela era usada como caminho de condução do ouro extraído por ingleses na região. "Ele descia a rua, pegava a ponte do Rosário, Rua da Prata e subia o Morro da Forca", lembrou Osvaldo Santiago de Lobosque, da Academia Municipal de Letras.

Ele disse que o projeto original do engenheiro Fernando Halfeld, o mesmo que projetou a cidade de Juiz de Fora, já havia sido modificado. "O primeiro calçamento era com grandes pedras-ferro que foram quebradas e recolocadas no lugar", explicou. Eram pedaços de 50 a 60 centímetros.

"Elas eram muito irregulares e não aceitavam cimento. Em pouco tempo, ele estourava", comentou. O pesqui-

sador Sebastião de Oliveira Cintra, no livro Nomenclatura de Ruas de São João del-Rei, diz que o nome da via originou da construção da Capela de Santo Antônio, construída após 1750. A igreja foi construída em 1779 por dois escravos, Paulo Marques de Almeida e Teresa Caetana Benedita, de propriedade do vigário.

Entre 1982 e 1984, o então prefeito Gerardo Cid de Castro mandou colocar os lâmpões a partir do ponto chamado "Buraquinho", altura do número 502 da rua. "Foi na época do governador Tancredo Neves", disse Lobosque. O asfaltamento começou na segunda-feira da semana passada e terminou no sábado. O prefeito Nivaldo José Andrade calculou os custos em CR\$ 700 mil para o calçamento de 600 metros.

Popularidade reconhecida pela oposição

Pelos cálculos da oposição, o prefeito de São João del-Rei, Nivaldo José Andrade, tem uma aprovação popular de 85%. Nas contas dele, os números são bem maiores. "Hoje, tenho apoio total". Afirmação pretensiosa, mas que muitos moradores da cidade histórica conseguem apoiar. "Ele fez em nove meses o que os outros prefeitos nunca fizeram", afirmou Celina Resende Pereira, há 44 anos no município.

Andrade sabe de sua aprovação e toma proveito dessa popularidade. "Nenhum prefeito do mundo está tão bem quanto eu", afirmou. Dizendo-se um tocador de obras, ele já investiu CR\$ 120 milhões na pavimentação, construção de esgotos e saneamento, em nove meses, mesmo possuindo uma dívida de CR\$ 48 milhões. Durante muitos anos as administrações municipais não depositaram o Fundo de Garantia e INSS dos trabalhadores.

"Estou fazendo essas obras com dinheiro próprio (arrecadação municipal) e também isentei 10 mil famílias de pagar água, luz, esgoto e IPTU", garantiu.

Com cerca de 100 mil habitantes, São João del-Rei tem uma receita de CR\$ 40 milhões, brutos.

O secretário municipal de Agricultura, Luiz Choei, tem uma outra explicação. "Ele é um homem muito vivo. Como só tem a quarta série primária, cercou-se de pessoas com especialização e com outras rendas. Assim, economiza no salário dos escalões mais altos", disse.

Andrade consegue a façanha de possuir aliados na oposição. "Essas obras, eu defendo e assino embaixo", afirmou o radialista e vereador pelo PSDB Geraldo José dos Santos. "Fazemos uma oposição pacífica. Qualquer obra que ameace o patrimônio, eu condeno", garantiu.

Dono de uma carreira política recente - Andrade começou em 1985, disputando a Prefeitura de Tiradentes -, Nivaldo Andrade orgulha-se de ter batido seu adversário de eleição, Oriente Vianini, por quase quatro mil votos. Antes disso, ele era prefeito de Tiradentes, onde doou cadernos para escolas estaduais com verbas municipais.

Nivaldo Andrade é tratado pela população como um líder populista. É carregado nos ombros, chora diante da multidão, discursa da sacada da prefeitura e se deixa fotografar na Rua Santo Antônio ao lado de um providencial operário que almoça com as mãos sujas de graxa. Os moradores gostam dele e demonstram isso com gritos de viva ou simplesmente parando os repórteres para elogiar sua gestão.

Mas há também reação às obras. Enquanto os operários terminavam de asfaltar a rua tombada, a professora Vânia Ávila mostrava para o filho Daniel, dois anos, as pedras que restavam. "Trouxe meu filho aqui para que ele veja antes que acabe", queixou-se. Outro crítico é o deputado estadual Antônio Fuzatto, que distribuiu na cidade um manifesto chamado Em Defesa da Vida e da História.

O vice-prefeito, Carlos Braga, tentou explicar a boa receptividade das obras na cidade: "O povo deseja o progresso e o asfalto". E asfalto é o que não falta, foram 22 quilômetros até agora.

Jornal HOJE EM DIA

Belo Horizonte-MG, edição de 27 de setembro de 1993, página 22



Apesar das ameaças de embargo, as obras de asfaltamento da rua Santo Antônio prosseguiram ontem

HELVÉCIO CARLOS
DE SÃO JOÃO DEL REI

A Polícia Federal vai embargar hoje as obras de asfaltamento da rua Santo Antônio, no centro histórico de São João del Rei. A decisão foi tomada ontem à tarde durante reunião entre o presidente Itamar Franco, o ministro da Justiça, Maurício Corrêa, e o ministro da Cultura, Jerônimo Moscardo. Após a reunião, Itamar Franco consultou o governador Hélio Garcia, pelo telefone. O governador mineiro concordou com a ação imediata da Polícia Federal. Segundo ele, é uma forma de defender o patrimônio histórico e cumprir a lei.

Caso o prefeito continue com a obra, poderá ser punido severamente pelo Governo Federal. “Se insistir, estará sujeito às sanções penais”, disse o assessor de imprensa da presidência, Francisco Baker. O prefeito de São João del Rei, Nivaldo José de Andrade (PPR), garantiu que só paralisa as obras se não esti-

ver dentro da lei. “Para isso, o presidente da República terá que comprovar, através de documentos, o registro de tombamento da rua Santo Antônio”, argumentou.

O chefe do escritório do Instituto Brasileiro de Patrimônio Histórico em São João del Rei, Sérgio Fagundes Souza Lima, contestou o prefeito. “O tombamento de toda a rua Santo Antônio está registrado no Processo 68-T-38, Inscrição n.º 1, de 4 de março de 1938 do Livro de Tombo”, assegurou. Souza Lima disse que o embargo administrativo contra a obra havia sido feito na última terça-feira pelo escritório do IBPC.

Irritação

Mesmo sob ameaças de embargo, a prefeitura não alterou o ritmo da obra. Ontem, foi concluído o asfaltamento do trecho da rua Santo Antônio entre as ruas Afonsina Alvarenga e Águas Férreas. Nivaldo Andrade assegurou que as obras estão sendo feitas naquele quarteirão para dar maior conforto à po-

pulação. “O trecho estava com muitos buracos e não era tombado pelo Patrimônio”. Segundo ele, a descaracterização pode ser observada nas construções, ao longo dos 500 metros da rua Santo Antônio previstos para o asfaltamento: “Elas são modernas e não foram fiscalizadas pelo Instituto Brasileiro do Patrimônio Histórico”, assegura.

As declarações do prefeito de São João del Rei irritaram a presidente do Conselho Deliberativo da Sociedade Sanjoanense de Arte e Cultura, Suely Campos Franco. Para ela a descaracterização que já existe não pode servir de argumento para destruir a cidade. “É necessário que haja critérios para esse tipo de obra. Determinados trechos podem ser asfaltados e outros não, por estarem em área tombada. Falta uniformidade”, alertou, lembrando que o prefeito está criando um trabalho deseducativo. No início da tarde de ontem, moradores organizaram um ato público em frente à Prefeitura de São João del Rei, defendendo o asfaltamento.

Jornal ESTADO DE MINAS

Belo Horizonte - MG – Caderno CIDADES -edição de 24 de setembro de 1993, pág. 17

O prefeito de São João del-Rei, Nivaldo José Andrade, anunciou que irá recorrer da decisão da Justiça Federal que acatou a ação impetrada pela Procuradoria Geral de Justiça e pelo Procurador Geral da República em Minas Gerais, na sexta-feira. Pela medida, Andrade é obrigado a restaurar o patrimônio modificado e reembolsar com seu próprio dinheiro os gastos com as obras realizadas até o momento. No final de semana, as máquinas ficaram paradas embora a comunicação oficial não tenha chegado à Prefeitura. O asfaltamento de parte da Rua Santo Antônio transformou-se numa polêmica. De um lado, a população apóia o prefeito, de outro o IBPC alega que a rua foi tombada.

Na sexta-feira, o delegado Egberto José de Azevedo, da Polícia Federal, e 16 agentes foram embargar as obras de asfaltamento da Rua Santo Antônio, uma das mais antigas da cidade e tombada pelo Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC). Quando os policiais chegaram só puderam fazer uma perícia no local. O asfalto já havia sido colocado.

A intervenção da Polícia Federal começou a ser organizada em Brasília, explicou o delegado. "O Ministro da Cultura provocou o Ministro da Justiça que provocou o Superintendente Geral da PF que acionou a Superintendência Regional", narrou Azevedo. O Ministro da Cultura, Jerônimo Boscardo, inclusive, já havia comparecido a São João del-Rei durante a semana passada a pedido do presidente Itamar Franco.

Mais rápido que os policiais, o prefeito conseguiu terminar as obras de asfaltamento na Rua Santo Antônio e convocar a população e os vereadores para receber a caravana na Câmara Municipal. Manifestações populares na porta da Prefeitura e na rua recém asfaltada quebravam a calma habitual, já bastante alterada com as obras que estão sendo feitas em vários pontos da cidade. Inclusive, no centro, tombado pelo IBPC.

A Prefeitura de São João del-Rei gastou, nos nove meses em que Andrade está no poder, cerca de CR\$ 120 milhões. Ele construiu duas novas escolas, rede de esgoto, de captação de águas fluviais, um estádio de futebol para os times da liga municipal e calçou com pedras o acesso ao Cristo, um dos pontos turísticos da cidade. Asfaltamentos foram 15. "Uma obra em cada bairro", como se orgulha em dizer o prefeito.



Moradores da Rua Santo Antônio, no ponto em que começa o asfaltamento



Apoio da população vai de cartazes pedindo asfalto ao prefeito...



...à assinatura de um manifesto, aprovando o asfaltamento condenado pelo IBPC

Jornal HOJE EM DIA

Belo Horizonte-MG, edição de 27 de setembro de 1993, página 22

Tribuna Sanjoanense

São João del Rei, 04 de outubro de 1993

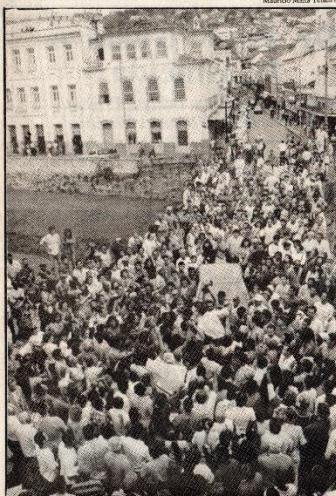
Ano XXV

São João del Rei Minas Gerais

Edição Nº 737

CR\$ 50,00

Rua Santo Antônio: Prefeitura recorre



Maurício Malta Teixeira

A última sexta-feira, 25 de setembro, não foi normal em São João del Rei. Foi de muita apreensão com o anúncio do envio de uma delegação da Polícia Federal, que chegaria à tarde, para embargar a obra de asfaltamento da rua Santo Antônio, realizada pelo Prefeito Nivaldo José de Andrade e que estaria descaracterizando o conjunto arquitetônico da cidade, tombado pelo Patrimônio Histórico desde 1938.

A Polícia Federal, ao chegar a São João del Rei, fez uma pericia no local das obras de asfaltamento. Por volta das 15 horas, foi recebida na Câmara Municipal, onde reuniu-se, por duas horas, com o prefeito Nivaldo Andrade. O delegado Eberto José Azevedo entregou ao prefeito uma notificação exigindo a suspensão imediata do asfaltamento.

Após a reunião, Nivaldo Andrade comentou: - Não adianta nem o presidente, nem o governador falar que eu estou errado. Eu vou respeitar a Lei. Se a Justiça falar que eu estou errado eu vou tirar o asfalto. Se a Justiça falar que eu estou certo, vai ficar.

A seguir, Nivaldo deixou a sede da Câmara Municipal e foi ovacionado pela multidão que lotou a rua Ministro Gabriel Passos, naquela tarde. Da sacada do prédio da Prefeitura, Nivaldo falou ao povo, agradecendo o apoio maciço, inclusive da classe média. Num alicerce ao deputado federal do PT, Paulo Delgado, que declarou na televisão que o prefeito sanjoanense deve-

ria ser preso na Cadeia de Ouro Preto, por ser antiga, se descumprisse a determinação do Patrimônio Histórico, Nivaldo rebateu: - Eu teria vergonha de ser preso se fosse ladrão. Mas, por defender o povo de São João del Rei, eu iria com o maior orgulho.

Consagrado pelos presentes, Nivaldo, que aniversaria no próximo dia 7, encerrou o seu pronunciamento e anunciou a realização de uma festa de agradecimento neste mês de outubro, com a distribuição de 18 mil litros de chopp.

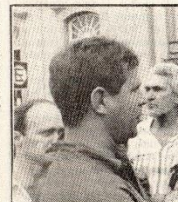
JUSTIÇA FEDERAL

Em Belo Horizonte, a Procuradoria Geral da Justiça do Estado e o Procurador Geral da República em Minas Gerais, que entraram com uma Ação Civil Pública contra o Prefeito Nivaldo Andrade no Tribunal de Justiça Federal, pedem a suspensão de todas as obras, alegando que a rua Santo Antônio é tombada em toda a sua extensão e também que o prefeito seja obrigado a restaurar o patrimônio, além de pagar do próprio bolso tudo o que foi gasto até agora.

A Assessoria Jurídica da Prefeitura entrou com recurso no Supremo Tribunal Federal contra a liminar, alegando que a parte asfaltada não é tombada pelo Patrimônio Histórico, baseando-se num documento do Cartório de Registro de Imóveis, dizendo que não existem registros de tombamento no trecho da rua Santo Antônio que já foi asfaltado.



Os moradores da rua Santo Antônio ficam indignados



O prefeito Nivaldo Andrade concede entrevista responsável por toda a polêmica gerada

Primeira parte

Sanjoanense

São João del Rei Minas Gerais

Edição Nº 737

CR\$ 50,00



Prefeitura recorre ao STF

ria ser preso na Cadeia de Ouro Preto, por ser antiga, se descumprisse a determinação do Patrimônio Histórico, Nivaldo rebateu: - Eu teria vergonha de ser preso se fosse ladrão. Mas, por defender o povo de São João del Rei, eu iria com o maior orgulho.

Consagrado pelos presentes, Nivaldo, que aniversaria no próximo dia 7, encerrou o seu pronunciamento e anunciou a realização de uma festa de agradecimento neste mês de outubro, com a distribuição de 18 mil litros de chopp.

JUSTIÇA FEDERAL

Em Belo Horizonte, a Procuradoria Geral da Justiça do Estado e o Procurador Geral da República em Minas Gerais, que entraram com uma Ação Civil Pública contra o Prefeito Nivaldo Andrade no Tribunal de Justiça Federal, pedem a suspensão de todas as obras, alegando que a rua Santo Antônio é tombada em toda a sua extensão e também que o prefeito seja obrigado a restaurar o patrimônio, além de pagar do próprio bolso tudo o que foi gasto até agora.

A Assessoria Jurídica da Prefeitura entrou com recurso no Supremo Tribunal Federal contra a liminar, alegando que a parte asfaltada não é tombada pelo Patrimônio Histórico, baseando-se num documento do Cartório de Registro de Imóveis, dizendo que não existem registros de tombamento no trecho da rua Santo Antônio que já foi asfaltado.



Maurício Malta Teixeira



Maurício Malta Teixeira

O prefeito Nivaldo Andrade concede entrevista ao repórter da TV Globo, Ricardo Carlini, o responsável por toda a polêmica gerada em torno do assunto

Segunda parte

Jornal TRIBUNA SANJOANENSE

São João del-Rei-MG, ano XXV, edição número 737, de 04 de outubro de 1993, página 1.

Deputado Baldonado denuncia omissão do governo com as cidades históricas

A posição do Deputado Baldonado Napoleão-PSDB com o asfaltamento de ruas históricas na cidade de São João del Rei - que, aliás, vem contagiando a opinião pública nacional - ficou registrada na tribuna da Assembleia Legislativa, quando o parlamentar chamou a atenção para o fato que, na sua opinião, extrapola a agressão ao patrimônio. Ao considerar que o atual prefeito surpreendentemente conta com o respaldo popular, Baldonado cutucou a ferida da omissão da administração pública no que diz respeito à necessidade de dotar a cidade de infra-estrutura não apenas turística mas também urbana e cobrou das autoridades o cumprimento da Constituição Estadual, que determina a criação de programas de emergência para as cidades históricas de Minas. O Deputado afirmou que São João del Rei é a única cidade histórica que não tem uma unidade do Corpo de Bombeiros e deixou claro que o povo são-joanense

está cansado de tomar conta do que, na realidade, é patrimônio nacional.

Os são-joanenses têm convivido com a falta de rede de esgoto, rede pluvial, falta d'água e, dramaticamente, o desemprego e o subemprego, denunciou o Deputado. Outro detalhe deprimente na cidade é a situação do córrego do Lenheiro, que atravessa a bela São João del Rei, que na realidade constitui um esgoto a céu aberto e somente verbas federais podem sustentar a obra de sua canalização, denunciou o Deputado. Em seguida, Baldonado considerou o episódio da rua Santo Antônio como um alerta aos Governos Federal e Estadual para passarem a destinar as verbas necessárias para a conservação do patrimônio histórico, no interior do Estado, e para o desenvolvimento dos municípios, além de dar atenção às reais necessidades de melhoria das condições de vida da população das cidades históricas.

Jornal TRIBUNA SANJOANENSE

São João del-Rei-MG, ano XXV, edição número 737, de 04 de outubro de 1993, página 1.

TRIBUNA SANJOANENSE

Cartas à Redação

Juiz de Fora, 25 de setembro de 1993

CHAMADA AOS VERDADEIROS SANJOANENSES

Nasci em São João del Rei e embora não viva mais nessa cidade, nunca deixei de amá-la com suas casas e monumentos coloniais, sua história, músicas, ritos, carnaval... tudo isso tendo como palco as centenárias ruas calçadas de pedra.

Não é de hoje que a cidade tem tido má sorte com os seus administradores. Alguns poucos fizeram ou deixaram dívidas, mas nada se compara ao insano que assumiu a Prefeitura no ano passado.

Eleito pela população da periferia e mesmo através do voto dos moradores menos esclarecidos do Centro Histórico, Nivaldo Andrade, homem sem cultura e sem bom senso, baseou sua campanha na promessa de grandes obras e prestação de serviços de primeira necessidade, tais como água, reforma da rede de esgoto, etc. A população é até dispensada de pagar o consumo da água. Não se sabe, entretanto, de que maneira a Prefeitura consegue arcar com essa despesa.

Nessa semana, São João del Rei viu rou notícia nos principais meios de comunicação do país. Fiquei chocada com as imagens do desrespeito ao patrimônio histórico. Não se alcança o progresso desrespeitando o passado! O que mais me causou espanto nas notícias, foi o povo de São João del Rei, representado unicamente pelos correligionários do prefeito, que se iludem com o pseudo progresso prometido. Obras iniciadas a esmo deixando ruas esburacadas, antigas pedras cobertas pelo asfalto, renovação de pinturas de prédios históricos sem o devido respeito pelo Patrimônio, são confundidas com uma administração operosa e dinâmica. As pessoas que hoje aplaudem o prefeito e carregam-no nos braços vibrando com seu desrespeito à lei, são as mesmas que festejaram o não pagamento da conta d'água e esperam comemorar mais essa vitória com muito chopp, oferecido gratuitamente pela Prefeitura.

Mas será que toda a população, composta por mais de 100 mil habitantes, concorda com isso? Infelizmente essa é a idéia que chega até nós pela mídia. Onde está a liderança cultural da nossa São João del Rei? Onde se esconderam as pessoas com sensibilidade e bom senso, que amam essa cidade? Onde estão os partidos de oposição que não se manifestam contra o desarbítrio do prefeito? Eu sei que existem, mas é preciso que saiam das sombras e se manifestem!

Talvez o cerco das montanhas limite de fato os horizontes do povo de São João del Rei. Esse anel de montanhas isola a cidade do mundo, impedindo as pessoas de enxergar um pouco mais longe, diminuindo seu espírito de luta para enfrentar obstáculos, tanto pessoais como sociais. Essa é uma característica do sanjoanense que me vem à cabeça quando procuro explicações para a ausência de protestos. Mas isso não é desculpa!

São João del Rei tem uma tradição cultural que não pode agora ser desmentida. O povo da cidade não pode ser confundido

com um prefeito (que nem de lá é) predatório do acervo cultural histórico. Quero ver aparecendo em jornais e televisões o outro lado da história, a outra versão: o povo que preserva o Patrimônio Histórico e que deveria estar indignado com essa ousadia e crime cometido contra séculos de história.

Conclamo todos os sanjoanenses ausentes a se manifestarem, mas principalmente, os moradores de São João! É preciso que se organizem, que reúnam as pessoas contrárias a essas obras absurdas, que se manifestem em público, que escrevam cartas aos grandes jornais, que falem em entrevistas para as redes de televisão. Até agora, esse papel, só foi desempenhado por pessoas que detêm o poder fora da esfera da cidade, tais como o Procurador Geral da República, Aristides Junqueira. As vozes de protesto não estão saindo de dentro da cidade, de onde só se ouvem os 500 ignorantes macacos de auditório do prefeito.

A importância de São João del Rei reside no fato de ser uma cidade histórica. Se ela for descaracterizada, tornar-se-á apenas uma pequena cidade do interior mineiro, sem maiores atrativos, sem a presença incentivadora dos turistas. Será um ponto perdido no mapa.

O Brasil não pode perder São João del Rei e precisa saber quem são os verdadeiros sanjoanenses!

Teresa Cristina Freitas
Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
Avenida Independência, 2100 aptº 802, São Mateus.
CEP: 36025290 - Juiz de Fora, M.G.
Telefone: (032) 232-3655

São João del Rei, 25 de outubro de 1993

Nós temos direito ao progresso..!

O que temos visto, lido e ouvido na imprensa nos últimos dias nos entristecem. Entristecemos porque não é condigno a verdade e fatos, não vimos até o presente nenhuma obra ou benfeitoria que esteja sendo feita em detrimento ao Patrimônio Histórico e Urbanístico de São João del Rei. Nossa cidade berço de verdadeiros heróis e progressistas, ser acusada por uma minoria reacionária, como conivente e depredadora do patrimônio histórico e urbanístico, o que até o momento não passa de fato inverossímil.

“Dotar uma cidade impenetrável às transformações das épocas, é estagnar o progresso, é sufocar as aspirações de nossos antepassados”.

Eduardo Old. Charles

Jornal TRIBUNA SANJOANENSE

São João del-Rei-MG, ano XXV, edição número 737, de 04 de outubro de 1993, página 2.